

Economia - Brasil

# “País quer espaço para crescer”

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney, no pronunciamento feito ontem à Nação, não poderia ter sido mais enfático do que foi no seu posicionamento com relação à área externa, uma vez que paralelamente, em Washington, uma importante missão brasileira desenvolvia a etapa final de conversação com o Fundo Monetário Internacional. A opinião é de categorizada fonte do Ministério da Fazenda, que salientou que o presidente foi “muito hábil” ao destacar que “honrará os compromissos e acordos firmados internacionalmente”, com a ressalva de que não admitirá mais recessão para o País.

“Esta colocação — destacou a fonte — pode ter parecido superficial para alguns, mas revela a insistência do governo em deixar garantido o espaço que o País necessita para crescer.” E é afinada com a proposição levada pelos técnicos brasileiros ao FMI. O crescimento de 5 a 6% na economia do País, como salientou Sarney, foi também discutido com o Fundo, que ouviu dos representantes brasileiros a certeza de que esse crescimento está garantido, pois é irreversível.

## Bom nível

Segundo uma outra fonte do Ministério da Fazenda que participou da missão que chega hoje dos Estados Unidos, o bom comportamento da atividade industrial (cerca de 7 a 8% comparado com igual período do ano passado) e a boa safra agrícola, com destaque para o café, já garan-

tem o bom nível de atividade econômica que o País irá registrar neste ano. “Nem que o Fundo queira — salientou a fonte —, Será possível produzir uma recessão neste segundo semestre no País.”

Na avaliação de um assessor do ministro da Fazenda, a missão que chega hoje ao Brasil cumpriu bem o seu papel. Mas uma alteração relativa ao aumento de arrecadação teve que ser feita. O pacote econômico baixado pelo presidente Sarney para reduzir à metade o déficit de caixa de Cr\$ 109 trilhões previa um aumento bruto de receita de cerca de Cr\$ 17 trilhões, o que na realidade ficou fechado em Cr\$ 16,2 trilhões.

Entretanto, para que o governo pudesse obter este volume líquido de recursos, já descontando as transferências para os Estados e municípios (Fundo de Participação dos Estados e Municípios), a receita bruta teria que ser bem maior. O FPEM fica com 32% da arrecadação de Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados. E a receita bruta teve que ser elevada para Cr\$ 21,2 trilhões, sendo que deste total Cr\$ 5 trilhões irão para os Estados.

Este aumento de receita não pôde ser bem explicado por esta fonte do Ministério da Fazenda. “O secretário da Receita Federal, Luiz Romero Patury”, revelou a fonte, “tinha algumas reservas a oferecer ao FMI, ou subestimou algumas previsões de Receita”. Os recursos provenientes da arrecadação tributária (impostos federais e taxas) foi elevada de Cr\$ 121 trilhões para Cr\$ 142,2 trilhões.

## Expectativa

Um outro ponto positivo apresentado ao FMI foi a expectativa do governo de zerar o déficit dos Estados e municípios para com a União. Este déficit foi estimado para este ano em Cr\$ 2,6 trilhões e poderá ser anulado graças ao repasse de Cr\$ 5 trilhões que ainda será feito neste segundo semestre. Como as transferências destes recursos ao FPEM é automática — o governo não pode bloqueá-los, por ser inconstitucional — a previsão é de que os Estados liquidem estes débitos.

Além da previsão levada pelos técnicos brasileiros de zerar o déficit da Previdência Social de Cr\$ 4,2 trilhões até o final do ano, eles levaram ainda a possibilidade, já desmontada, de obter um superávit de Cr\$ 1,5 trilhão. Estes recursos (“de certa forma reservados”, explicou a fonte do Ministério da Fazenda) seriam usados na mesa de negociação onde melhor pudessem ser encaixados. Mas ocorre que estes Cr\$ 1,5 trilhão já se transformaram em Cr\$ 400 bilhões, em função dos Cr\$ 600 bilhões da cota da Previdência (parcela relativa à participação na venda de combustíveis) que terão de ser repassados até o final do ano.

“A retenção que está sendo feita é ilegal e não pode ser sustentada até dezembro”, afirmou a fonte. Mais Cr\$ 500 bilhões também já teriam sido destinados para outros fins, sobrando apenas Cr\$ 400 bilhões, que não podem ser considerados superávit — representam, segundo o técnico do Ministério, apenas “margem de segurança”.